ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco de Assis

CONTRATO DE LOCAÇÃO DA LICENÇA DE USO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE COMPUTAÇÃO PARA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL E DEMAIS SERVIÇOS INERENTES QUE CELEBRAM ENTRE SI A CÂMARA VEREADORES DE SÃO FRANCISCO DE RESTA DAÃO CEMPRESA HARD SOFT INFORMÁTICA

e em razão de meu carge, que o presente le lo esteve afixado no mural da Cámera

cipai no periodo de:

Pelo presente Contrato, de um lado a CÂMARA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS, RS, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o n.º 91.262:15496601074 com sede à Rua 13 de Janeiro n°535, nesta cidade, representada por seu Presidente Vasco Henrique Asambuja de Carvalho, inscrito no CPF sob o nº 272.228.290-91 e RG nº 5009441642, residente na Rua Borges de Medeiros, nº 765, em São Francisco de Assis, RS, de ora em diante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa HARD SOFT, inscrita no CNPJ sob o nº 94.771.615/0001-65, com sede na Rua Ernesto Alves, 1813, centro, em São Francisco de Assis/RS, neste ato representada pelo Sr. Carlos Alberto Venzon (procuração em anexo), doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Contrato, decorrente de Processo Licitatório, de acordo com o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações na modalidade CARTA CONVITE n.º 05/2018, sujeitando-se às normas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a contratação de serviços técnicos especializados de Tecnologia de Informação para fornecimento, em regime de Locação de Software, de um sistema aplicativo de Gestão Pública Municipal, com operações totalmente integradas, conforme descrição contida na carta convite nº 05/2018, parte integrante deste contrato.

<u>CLÁUSULA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO</u>

A CONTRATADA compromete-se a efetuar a manutenção preventiva e corretiva do sistema, sempre que necessário, bem como a adaptação e alterações a novos planos econômicos, legislação pertinente e melhoramentos solicitados ou que se fizerem necessários, desde que não sejam específicos da CONTRATANTE.

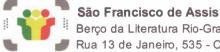
CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor anual do presente contrato é de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais), divididos em doze parcelas mensais de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

Parágrafo único. Os valores de locação mensal previstos no caput serão reajustados, a cada 12 (doze) meses, pela variação do IGP-M, ou outro índice ou periodicidade que venha a substituí-lo.



Oam



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL-

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco de Assis

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento à CONTRATADA será efetuado mensalmente até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal.

Parágrafo único. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a CONTRATANTE compensará a CONTRATADA com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogável automaticamente por iguais períodos desde que não haja manifestação escrita das partes, com antecedência mínima de 60 dias do vencimento, até o limite de 48 meses, conforme artigo 57, inciso IV e Artigo 65, parágrafo 8º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

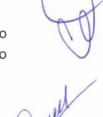
As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Dotação: 3.3.90.39.11.0000 — Locação de Software.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

A CONTRATADA, sem prejuízo do já previsto na Carta Convite nº 05/2018, obriga-se a:

- a) Aceitar os acréscimos ou supressões que a CONTRATANTE solicitar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;
- b) Responder por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem durante a validade do contrato, inclusive perante terceiros;
- c) Recolher todos os tributos decorrentes da contratação, efetuando a comprovação mensal do recolhimento dos tributos municipais, estaduais e federais;
- d) Fornecer e manter atualizada a documentação técnica da base de dados;
- e) Prestar os serviços de assistência técnica e manutenção ao software, no horário de funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores, sempre que solicitado pela CONTRATANTE e dentro das condições contratuais, no prazo de 24 horas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES





"Doe Sangue, Doe Vida, Diga Não às Drogas" - Lei 34/2012

São Francisco de Assis

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco de Assis

Por inadimplemento total ou parcial, a CONTRATADA será penalizada de acordo com o que preceituam os artigos 86 a 88, da Lei nº 8.666/93.

- §1º. As multas serão calculadas sobre o valor atualizado do contrato nas formas abaixo discriminadas, alternativamente:
 - a) Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total dos serviços não executados, por dia de atraso, contando-se o período em dias corridos a partir da data prevista para a efetivação dos serviços;
 - b) Multa de 3% (três por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução parcial;
 - c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total ou de rescisão sem justo motivo.
- §2º. O montante das multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 10% (dez por cento) do valor global do contrato, sob pena de rescisão contratual pela CONTRATANTE, mediante notificação prévia.
- §3º As multas deverão ser pagas junto à tesouraria da Secretaria de Fazenda do MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS até o dia de pagamento a que a CONTRATADA tiver direito ou cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.
- $\S4^{\circ}$ A CONTRATADA deverá apresentar o comprovante de quitação da respectiva multa junto ao setor de Contabilidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- a) Por ato unilateral da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art.78 da Lei nº. 8.666/93;
- b) Em caso de inexecução total ou parcial do contrato pela CONTRATADA, com as consequências previstas na cláusula oitava deste instrumento e na Lei de Licitações;
- c) Por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para a Administração;
- §1º. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos devidamente comprovados, quando os houver sofrido;
- §2º. A rescisão de que trata o inciso I do artigo 78 acarretará as consequências previstas no artigo 80,incisos I a IV, ambos da Lei nº. 8.666/93;







"Doe Sangue, Doe Vida, Diga Não às Drogas" - Lei 34/2012

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Vereadores de São Francisco de Assis

§3º. Sem prejuízo de qualsquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão importará em:

- a) Aplicação da pena de suspensão do direito de licitar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de até um ano;
- b) Declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não
- cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo da CONTRATANTE.

b.1) A Declaração de inidoneidade será efetuada por despacho fundamentado da autoridade competente, assegurando-se ao infrator o contraditório e ampla defesa, levando-se em consideração a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

A **CONTRATADA** e todos os seus prepostos que possuírem acesso às informações, deverão manter sigilo de informações em relação à todos os dados que possuir acesso de propriedade do contratante, sob pena de incorrer em rescisão imediata por parte da contratante, com aplicação das penalidades previstas no item 10 da Carta Convite nº 05/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO:

As dúvidas e inadimplência serão resolvidas no Foro da Justiça de São Francisco de Assis/RS.

E por estarem justos e contratados, assinam as partes o presente Contrato em sua última folha e rubricam as demais, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, para que surta seus jurídicos e efeitos legais.

São Francisco de Assis, RS, 02 de janeiro de 2019.

Ver. Vasco Carvalho Presidente

Contratante

Hard Soft Informática LTDA

Sr. Carlos Alberto Venzon

Contratada

CPF nº

CPF nº

São Francisco de Assis